

Outros Tempos, vol. 11, n.18, 2014 p. 172-187. ISSN:1808-8031

O CONTADOR E OS LIVROS: o catálogo dos livros apreendidos ao conde da Ega em 1813¹

THE ACCOUNTANT AND THE BOOKS: the catalogue of apprehended books
belonging to the count of Ega in 1813

EL CONTADOR Y LOS LIBROS: el catálogo de los libros apreendidos al conde de la Ega,
en 1813

CLÁUDIO DENIPOTI

Doutor em História pela UFPR, professor do departamento de História da UEPG, pesquisador do Grupo Cultura e Educação na América Portuguesa (UFMG) e do Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses (UFPR) Ponta Grossa/PR/Brasil
cnipoti@uepg.br

Resumo: Em 1813, a redação manuscrita do “Catalogo dos livros que foram do Ex Conde da Ega, os quaes por ordem do Illmo e Exmo Snr, Marquez de Borba, etc...”, feito no âmbito da Intendência de Obras Públicas de Lisboa, pelo escrivão Thomaz de Aquino Leal, oferece-nos personagens que podem permitir uma análise sobre o universo dos livros em Portugal entre os séculos XVIII e XIX. Uma análise estatística permite ver uma biblioteca composta fundamentalmente por obras filosófico-religiosas, impressas em Latim, Espanhol e Português, publicadas majoritariamente no século XVI e XVIII. Uma análise discursiva permitirá uma percepção das clivagens sócio-políticas em cena no contexto das guerras napoleônicas em Portugal. Uma comparação com outros catálogos manuscritos permitirá explorar os limites desse documento para os historiadores modernos.

Palavras -chave: História da palavra impressa. Bibliotecas. Guerra Peninsular. Catálogos.

Abstract: In 1813, the manuscript of the “Catalog of books belonging to the Count of Ega, apprehended by order of the Marquis of Borba...”, written within the office of Public Works in Lisbon, by notary Thomaz de Aquino Leal presents us with characters which may allow us to analyze the book universe in Portugal at the turn of the 18th to the 19th Centuries. A statistical analysis allows us to view a library made up fundamentally of books published during the 16th to 18th Century period, mostly in Latin, Spanish and Portuguese, on philosophy and religion themes. A discourse analysis will allow an understanding of the social and political divides in play during the Napoleonic wars in Portugal. A comparison with other manuscript catalogs will let us explore the limits of such documents for the modern historians.

Keywords: Printed word history. Libraries. Peninsular wars. Catalogues.

Resumen: En 1813, la redacción manuscrita del "*Catálogo dos livros que foram do Ex Conde da Ega, os quais, por ordem do Ilmo e Exmo Sr. Marquez de Borba, etc...*" hecho en el ámbito de la Administración de Obras Publicas de Lisboa, por el notario Thomaz de Aquino Leal, nos ofrece personajes que pueden permitir un análisis sobre el universo de los libros en Portugal, entre los siglos de XVIII y XIX. Un análisis permite ver una biblioteca compuesta fundamentalmente por obras filosófico religiosas, impresas en Latín, Español y Portugués, publicadas mayoritariamente en el siglo XVI y XVIII. Un análisis discursivo permitirá una percepción de las fragmentaciones socio políticos en el escenario del contexto de las guerras napoleónicas en Portugal. Una comparación con otros catálogos manuscritos podrá permitir la explotación de los límites de ese documento para los

¹ Artigo submetido à avaliação em 14/09/2014 e aprovado para publicação em 26/10/2014.

historiadores modernos.

Palabras clave: Historia de la palabra impresa. Bibliotecas. Guerras Peninsular. Catálogos.

A tarefa de se fazer história da leitura (do livro, da palavra impressa, do escrito, etc.) está profundamente associada à expansão, perpetrada por historiadores de diversos matizes, dos tipos de fontes que “servem” para falar do passado. Este paradigma, banalizado pela repetição e pelo uso frequente por historiadores de diversas tradições historiográficas, está vigente e permite-nos buscar interpretações intrínsecas a textos produzidos com objetivos radicalmente distintos daquele que norteia o olhar do historiador. Neste sentido, explorar um documento relacionado à história dos livros é, quase sempre, lançar um feixe de luz sobre práticas de leitura manifestas nas maneiras como as sociedades do passado organizaram, criaram ou apropriaram formas de sociabilidade relacionadas à palavra impressa.

No caso em questão, interessa-nos o texto do *Catalogo dos livros que foram do Ex Conde da Ega, os quaes por ordem do Illmo e Exmo Snr, Marquez de Borba se entregárão na Academia Real de Sciencias*², manuscrito feito no âmbito da Intendência de Obras Públicas de Lisboa, em 1813, pelo escrivão Thomaz de Aquino Leal. Temos aqui personagens mais ou menos conhecidos à sua época (e ainda hoje) em função de status social, atuação política ou exercício de profissão. Nesta relação de notoriedade, o escrivão é o personagem que suscitou menos interesse historiográfico. Sobre ele sabe-se somente que foi escrivão das Obras Públicas ao menos até 1822, quando foi nomeado em um relatório das *Cortes Geraes e Extraordinárias da Nação Portuguesa* sobre “pessoas que tem officios incompatíveis ou indevidamente accumulados”³. Ele somava a seu cargo de escrivão o de Contador do Arsenal das Obras Militares, onde produziu mapas semanais, em 1820, sobre o funcionamento do arsenal, quartéis e fortificações.⁴ Voltaremos a ele quando retomarmos o documento propriamente dito. Cabe antes sabermos mais sobre o proprietário dos livros em questão.

2 ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS, Manuscrito 793, Série Azul.

3 *Diário das cortes geraes e extraordinarias da nacão portugueza*. 28 de janeiro a 30 de abril de 1822. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1822, p. 483.

4 Mapas semanais do arsenal das obras militares e inspecção dos quartéis, sobre obras de fortificação e reedificação de quartéis e seus fornecimentos, assim como das pessoas que se empregam nestes trabalhos e sua despesa, assinados pelo brigadeiro Duarte José Fava, intendente-geral, fiscal e inspector, e por Tomás Aquino leal, contador. *Arquivo Histórico Militar*. PT/AHM/DIV/3/20/09/7. 1820, Janeiro, 5 – Agosto, 29 – Lisboa.

Figura 1 - Academia real das ciências, Manuscrito 793, Série Azul

Cópia
Manuscritos
793

Catálogo dos Livros que foram
de Ca. Conde da Oga, e que se por
Ordem de S. M. e Sr. D. João Marquês
de Borboa se entregaram na Acad-
mia Real das Ciências.

Relações da Livro Filio.

| | | |
|----|--|-------|
| 1 | Salmasius Numanus, Exercitab. = 3 = 1,600 ^{rs} | 1,600 |
| 2 | Historia Augusta Scriptores = 1 = 1,200 ^{rs} | 1,200 |
| 3 | Orbis Sacre et Imperij per Orbem glo. = 3,200 ^{rs} | 3,200 |
| 4 | Episthe de Principes, e Cavalheiros em Hespanha Hum do dito fulto = 2 = 600 ^{rs} | 600 |
| 5 | Systema de Requir. 6 Anos em = 4 = 1,400 ^{rs} | 1,400 |
| 6 | Do Sarchas de Garulago = 4 = 1,600 ^{rs} | 1,600 |
| 7 | Gyrald. Giza = 2 = 800 ^{rs} | 800 |
| 8 | Historia da Inquisição = 2 = 800 ^{rs} | 800 |
| 9 | Obras de P. Naramberg = 3 = 1,000 ^{rs} | 1,000 |
| 10 | Historia, Historia General = 3 = 1,600 ^{rs} | 1,600 |
| 11 | Annals de Araganha por Dantes = 7 = 2,400 ^{rs} | 2,400 |
| 12 | Historia Geneologica da Casa Real Portuguesa 2o = 1,920 ^{rs} | 1,920 |
| 13 | Estadista da Universidade, e Confundio Histo- rico = 4 = 2,000 ^{rs} | 2,000 |
| 14 | Dedução Chronologica, e Analytica, Oran- 3o = com outro dito incompleto, e Hum Confun- dio Historico = 6 = 3,000 ^{rs} | 3,000 |
| 15 | Sentença do Sigillum = 2 = 340 ^{rs} | 340 |
| 16 | Scripturas de Hierulano = 4 Volumes truncados, | |

No contexto da expansão napoleônica, Portugal viu-se envolvido em uma série de conflitos chamados na tradição anglo-lusitana de “Guerra Peninsular”, ou *Guerra de la Independencia*, na Espanha. Os conflitos, inaugurados em território português, efetivamente em 1801, com a Guerra das Laranjas entre Portugal e Espanha, diziam respeito, de formas complexas, às tomadas de partido a favor ou contrárias à política externa e às guerras

promovidas por Napoleão Bonaparte. Os conflitos fizeram com que a Corte Portuguesa adotasse a solução de transferência para o Brasil, em 1807, às vésperas da primeira invasão efetiva de Portugal por forças francesas e espanholas⁵.

Durante a ocupação, o jogo político continuou, com “partidos” atuando em ambos os campos de apoio ou rejeição à política e ações francesas. O líder dos invasores, General Junot, proclamou a anexação de Portugal à França, em fevereiro de 1808, e agiu visando ser nomeado regente, tentando manipular as lideranças portuguesas remanescentes para evitar a revolta que se organizava em Portugal e na Espanha, com apoio de forças inglesas, contra as forças invasoras francesas.⁶ Neste processo, “[...] havia uma facção da nobreza que apoiava as aspirações de Junot à Regência do reino [...]. Representados pelo conde da Ega e seus seguidores”, indicavam que parte da nobreza aderiu à concepção de que Napoleão era, de fato, o “continuador da revolução de 1789”⁷. A contrapartida a esta posição pode ser caracterizada como resultado do “medo francês”, presente nos escalões administrativos portugueses desde princípios da década de 1790, e tipificado, inicialmente, como medo de uma invasão francesa do Brasil, ao mesmo tempo em que se manifestava como medo da disseminação das ideias “propagadas no ideário iluminista”. Posteriormente, em especial entre 1796-1798, houve o medo de tentativas de revolução⁸. Durante as várias fases e invasões da Guerra Peninsular, este medo surgiu também como revoltas e motins populares contra tudo o que fosse (ou se assemelhasse) vagamente francês.

O segundo Conde da Ega (Aires José Maria de Saldanha Albuquerque Coutinho Matos e Noronha) fez parte – liderou, talvez seja o termo mais adequado – da parcela da nobreza que via favoravelmente a aproximação com a França napoleônica. Com pouco mais de cinquenta anos à época da invasão de Portugal pelas tropas lideradas por Junot, o Conde, que assumiu o título em 1771, gozou de especiais atenções do Príncipe Regente ao participar da organização das defesas de Portugal em fins do século, inspecionando o fornecimento de munições para as diversas forças militares, colocando em ação “tudo quanto for concernente

5 VICENTE, António Pedro. *Guerra Peninsular*; 1801-1814. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2007; VENTURA, António. *Guerra das Laranjas*; 1801. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2008.

6 VICENTE, ... p. 52-54.

7 ARAÚJO, Ana Cristina. Napoleão Bonaparte e Portugal, patriotismo, revolução e memória política da resistência. *Carnets, Revista eletrônica de Estudos Franceses*. Número spécial automne-hiver 2011-2012. p. 13-28. Disponível em: <<http://carnets.web.ua.pt>>. Acessado em: 03 mar. 2013.

8 MENDES, Ricardo Antonio Souza. O Medo francês. *Métis: história & Cultura*. v. 5, n. 10, p. 101-119, jul./dez. 2006, p. 102.

Outros Tempos, vol. 11, n.18, 2014 p. 172-187. ISSN:1808-8031

ao municiação das Tropas dos mesmos Exércitos.⁹ Ele também já atuara, em 1806, como embaixador de Portugal junto à corte de Madri, além da miríade tradicional de cargos, títulos e mercês que acompanham a nobreza lusitana em qualquer momento do antigo regime. Defensor, portanto, do “partido francês”, o Conde tornou-se próximo de Junot, recebendo-o frequentemente em seu palácio (de particular interesse aos historiadores hoje por abrigar o Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa). A proximidade era ainda maior pelo fato de a segunda esposa do Conde ter tido uma relação bastante escandalosa, à época, com Junot, tendo acompanhado-o de volta à França como sua amante. Também o Conde seguiu para Paris, onde ficou exilado até 1823.

A defesa da invasão feita por Aires José Saldanha fica evidente nas cartas que escreveu, em 1808, ao General Godoy, principal aliado espanhol de Napoleão, e líder do exército espanhol na “Guerra das Laranjas”, de 1801 – prenúncio da década de conflitos que se seguiria.¹⁰ Nestes documentos, Aires reclamava que Dom João tivesse aceitado a opinião de “hu partido vil vendido á Inglaterra”, abandonando “vassallos fieis e constantes”; lamentava não participar da “deputação composta das primeiras pessoas da nobreza portuguesa [que] vai apresentar-se a Sua Majestade o Imperador dos franceses” ao mesmo tempo que dava notícias da partida da família real para o Brasil. Neste mesmo tom, o Conde da Ega foi o principal advogado da nomeação de Junot como rei de Portugal pelo imperador dos franceses¹¹.

Com as reviravoltas da guerra, que assistiu a gradual expulsão dos franceses por ações conjuntas de revoltas populares, ações de guerrilha e de estratégia militar tornadas famosas pela historiografia especializada,¹² a retomada da vida política em Lisboa, mesmo na ausência do rei e da corte, foi feita inicialmente por processos judiciais contra os partidários da invasão. O Conde da Ega, que acompanhara a retirada francesa e exilara-se na França, onde ganhou uma pensão até a derrota final de Napoleão, foi condenado, *in absentia*, em

9 DECRETO, de 25 de novembro de 1796. Lisboa: Régia Officina Typographica, 1796.

10 VENTURA, *Guerra das Laranjas*;...

11 BRANDÃO, Raul. *El-Rei Junot*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1919. p. 232; 253-255

12 A Batalha da Serra do Buçaco entre o exército francês, comandado por Masena, e uma combinação de forças portuguesas e inglesas, comandadas por Wellington, é considerada o início da derrota plena de Napoleão, assegurada em Waterloo. Também as linhas de defesa construídas na região de Torres Vedras são frequentemente citadas como uma obra-prima de engenharia militar. Ver: VICENTE, *Guerra Peninsular*;...; Ver também FLETCHER, Ian. *The Lines of Torres Vedras 1809-11*. London: Osprey Publishing, 2012; GREHAN, John. *The Lines of Torres Vedras: The Cornerstone of Wellington's Strategy in the Peninsular War, 1809-1812*. London: Spellmount, 2000.

1811, à “morte natural” por garrote:

[...] Portanto, e o mais dos Autos, julgam que o Réo Ayres de Saldanha Albuquerque Coutinho Mattos e Noronha pelos factos expostos tem incorrido no horrorosissimo crime de Lesa Magestade de primeira cabeça, e de alta traição, [...] havendo-o por isso desauthorado de todos os Titulos, Honras, e Prerogativas Civis de que gozava, e o condemnaõ a que com baraço, e pregao seja conduzido á Praça, do Caes do Sodré, onde formando-se um alto Cadafalço, morrerá morte natural para sempre, de garrote, e sendo lhe depois decepada a cabeça, se reduza seu corpo a cinzas, que se lançaraõ ao Mar. E visto achar-se ausente, o haõ por banido, e mandam ás Justiças do dito Senhor, que appellidem contra elle toda a Terra para ser prezo, ficando livre a qualquer do Povo o poder matallo, estando certo de que he o proprio banido; e o condemnam outrosim em confiscação, e perdimento de todos seus bens para o Fisco, e Camera Real, revertendo e incorporando-se effectivameute na Coroa os que forem de Morgado, Feudo, ou Foro estabelecido em bens, que haja sido da mesma Coroa, [...] e pelo que respeita aos de Morgado, que seja constituido em bens patrimoniaes, ficaraõ pertencendo ao Fisco [...], em quanto naõ for effectivamente executada a Sentença, ou verificado o banimento, ou morte natural do Réo¹³.

Com a “confiscação e perdimento” dos bens, incluiu-se a biblioteca do castelo de Ega, que, por ordem do Marquez de Borba – D. Tomé Xavier de Sousa Coutinho de Castelo Branco e Menezes – foi enviada para a Academia de Ciências de Lisboa, para ser incorporada à biblioteca daquela instituição. Dom Tomé foi um dos nobres convocados a organizar a transferência da Corte para o Rio de Janeiro,¹⁴ e deu a ordem de sequestro dos livros, enviando-os à instituição – a Academia de Sciencias – à qual pertencia seu filho, que, por sua vez, herdou o título de Marquês em outubro do mesmo ano de 1813 em que o catálogo estava sendo escrito por Tomaz de Aquino Leal.

Sobre ele, sabe-se somente o que se apresentou acima, – que foi escrivão das Obras Públicas e contador do Arsenal das Obras Militares – mas é possível buscar, nas suas peculiaridades na escrita do documento, alguns traços de práticas relacionadas ao livro e à palavra impressa no passado, neste caso, em Portugal, no raiar do século XIX. Temos então um escrivão/contador transformado em anotador de livros que prepara uma longa lista de livros para funcionar tanto como inventário das apreensões de propriedades de um dos vários indivíduos julgados por traição naquele contexto, quanto para guiar a organização dos livros

13 SENTENÇA do Conde, e Condessa da Ega, pelo crime de Lesa Majestade. *Correio Brasiliense ou Armazém litterario*. Vol VI, Londres, Impresso por Lewis, Paternoster Row, 1911. p.286-292.

14 ANDRADE, Santiago Silva de - A Casa Real portuguesa: aspectos centrais da instituição na crise do Antigo Regime português (c.1780 – 1821). Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300871726_ARQUIVO_TEXTOANPUHSP2011.pdf>. Acesso em: 13 maio 2014.

Outros Tempos, vol. 11, n.18, 2014 p. 172-187. ISSN:1808-8031

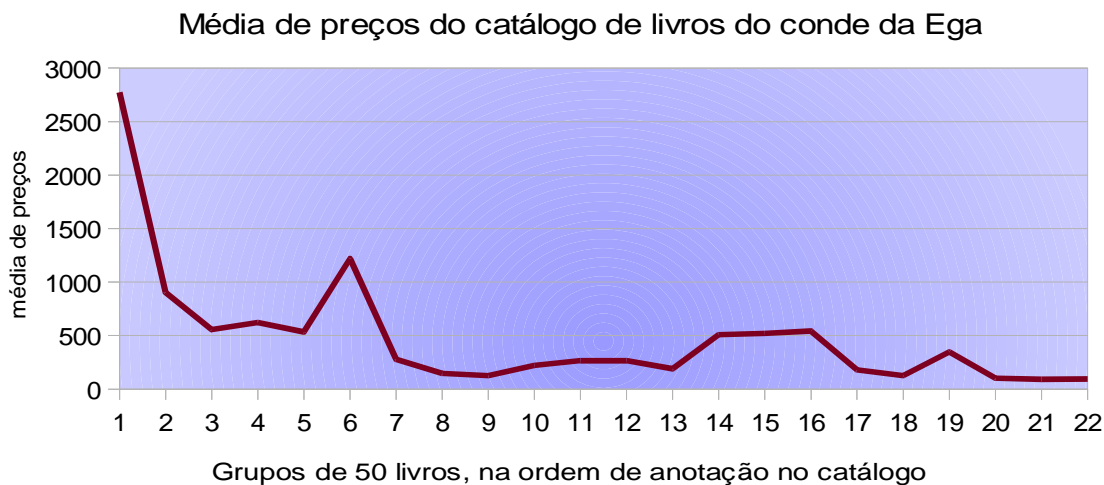
na Academia de Ciências, onde se supõem que estes livros foram guardados.

O que o texto do catálogo pode nos revelar? Inicialmente, percebe-se a preocupação do anotador com o valor das obras, enfatizando, em uma coluna própria, quanto cada título e seus respectivos volumes valiam. Assim, a “História Geral do Peru ó Comentarios reales de los Incas”, de Garcilaso de la Vega, publicado em 1617, em quatro volumes, valia 1\$600 réis, enquanto os cinco volumes do “Systema ou collecção dos regimentos reaes”, de 1783, foram estimados em 14\$400 réis, e assim por diante. Neste tocante, quando havia motivo de desvalorização de uma determinada obra, Tomaz de Aquino Leal destacava-o ao descrever o livro, como a obra de Tito Livio, “Décadas” “muito mal tractado e incompleto”, e avaliada em 240 réis, ou a História Romana, de Suetonio, “de má edição”, avaliada em apenas 160 réis.

A própria ordem dos livros no catálogo demonstra um viés econômico – em oposição a preocupações com a ciência ou a ordem do conhecimento – na composição do documento. A única divisão colocada é entre “Folios” e “livros de oitavo”. Aqueles, compreendem os 689 primeiros títulos do documento (vinte e oito páginas), enquanto estes ocupam o resto das quarenta e seis páginas do documento, listando as 508 obras restantes (em um total, portanto, de 1197 títulos anotados). Fólhos, feitos a partir de uma única dobra da folha depois da impressão gerando somente quatro páginas para cada folha, são obras maiores, geralmente mais caras, melhor trabalhadas que os “oitavos” e suas três dobras e dezesseis páginas para cada folha impressa. Então, o autor lista inicialmente as obras mais caras, para, ao fim do catálogo, elencar os folhetins mais baratos e comuns. Um gráfico montado a partir dos valores enunciados no catálogo demonstra essa preocupação econômica com mais vigor:

Outros Tempos, vol. 11, n.18, 2014 p. 172-187. ISSN:1808-8031

Gráfico 1 – Média de preços do catálogo de livros do conde da Ega.



Fonte: Catálogo dos livros que foram do ex conde da Ega, os quais por ordem do ilmo e exmo srn Marquez de Borba se entregáram na academia real de sciencias.¹⁵

Este foco sobre o valor financeiro das obras pode também ser a razão para o anotador fazer várias entradas depreciativas, em especial, ao fim do catálogo, reunindo diversos livros em uma única linha, e apresentando-os de forma genérica, como os vinte e dois volumes listados à décima segunda página, descritos como “Livros de Folio truncados e insignificantes”, ao valor de 6\$000, além dos dez volumes de uma “colleção de papeis vários” estimada em 1\$200, e 147 volumes (a 9\$200) de “Livros Truncados, e insignificantes de quatro encadernados, um em pastas, outro em pergaminho e alguns em Broxura” com os quais o anotador termina a sessão de “Fólios” (mencionando o formato intermediário – in quarto – somente nesta entrada). É com o mesmo espírito que ele termina a sessão dos “Oitavos” listando “Duzentos e quarenta e oito volumes de diversas obras francezas tudo truncado” (valendo 19\$200) e “Duzentos e doze volumes de Oitavo, e doze insignificantes”, avaliadas em 4\$400 réis.

O que ele quer dizer com insignificante neste caso? O termo sequer aparece nos dicionários de português do fim do século XVIII e início do XIX. Bluteau, por exemplo, traz os vocábulos “Significação” (“o sentido que as palavras encerrão e contem”) “significado”,

¹⁵ ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS, Manuscrito 793, Série Azul

“significador” (significativo) e “significativo”, (“que tem significação e sentido”),¹⁶ variando pouco nos dicionários subsequentes, como o “Novo dicionário da Língua Portuguesa”, de 1806 e o dicionário de Moraes Silva, de 1813.¹⁷ Não obstante, o termo é bastante recorrente. Nas *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias* de 1789 o termo aparece relacionado a rendimentos e colheitas,¹⁸ ao passo que no *Fazendeiro do Brasil*, do frei Veloso, o termo refere-se a medidas de grãos e combinação de cores.¹⁹ Isto não quer dizer, contudo, que a insignificância atribuída por Leal a estes livros fosse exclusivamente econômica, mas não temos elementos para conclusões em qualquer sentido.

Cabe notar também que Leal escreveu o catálogo a partir de uma ideia de familiaridade com as obras ali contidas – ou, pelo menos, com a maioria delas – citadas sem maiores referências que permitam, por exemplo, identificar de qual obra se trata. O “*Escola do Andrade*”, “*Arte Poetica do Pina*” e a “*Logica do Aranha*” são exemplares desta prática de anotação, permitindo somente que a referência completa do último livro fosse localizada (a *Disputationes logica* de Silvestre Aranha, publicada pela sociedade de Jesus, em 1736). Esta noção de familiaridade permite imaginar duas possibilidades: 1) esses livros eram suficientemente conhecidos para que o autor julgasse desnecessário dar mais detalhes ou 2) eram bem conhecidos pelo anotador, fazendo-nos imaginar pistas para suas próprias leituras e práticas.

Porém, apesar dos caminhos interessantes que a leitura e análise deste documento podem oferecer, interessa também aquilo que o catálogo revela além das idiossincrasias de seu anotador ou do proprietário dos livros ali listados. Um processo de busca das obras referenciadas permitiu localizar informações adicionais (título completo, ano e local de edição e nome do editor ou impressor) para 663 obras (55,39%) dentre as 1.197 entradas.

Dos livros cuja data de publicação mais provável foi encontrada, pode-se perceber, na Tabela 1, que a maior concentração (178 livros) é de obras publicadas na primeira metade do século XVIII, com forte incidência de livros publicados ao longo do

16 BLUTEAU, Rafael. *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeio Ferreira, 1789, p. 400.

17 *Novo dicionário da Língua Portuguesa*; Lisboa: Typographia Rollandiana, 1806: s./p.; SILVA, Antonio de Moraes e. *Diccionario da Língua Portuguesa Recopilado*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813, p. 699.

18 *Memorias Economicas da Academia Real das Sciencias*. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1789, p. 71.

19 Veloso, José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brasil*. Lisboa, na Officina de Simão Thaddeu Ferreira, 1798, p. 123 e 178.

século XVI (124 na primeira metade do século e 95 na metade final) e outras 142 obras publicadas na metade final do século XVIII, ainda que um detalhamento deste último dado indique mais obras perto do marco inicial (1750) do que do marco final do período (1800). O que estes dados tendem a demonstrar é que a aquisição dos livros que compunham aquela biblioteca deu-se, principalmente, durante o século XVIII, provavelmente, através dos processos usuais de compra, herança ou de doação (em especial por autores buscando a proteção do nobre dono dos livros).

Temos então uma biblioteca que muito provavelmente pertencera mais ao Primeiro Conde da Ega, pai de Aires José, Manuel de Saldanha de Albuquerque e Castro (1712-1771) do que ao segundo conde da Ega, no sentido em que – a julgar pela predominância de livros editados antes de 1750 – foi acumulada como uma biblioteca de nobreza, uma jóia a ser entesourada, como a Real Bibliotheca, no Rio de Janeiro, descrita, em 1821 como “alfaia preciosa da coroa de Portugal”²⁰. Esta biblioteca foi herdada pelo segundo conde, que fez uma contribuição menor ao acervo entre 1771 (quando o primeiro conde morreu) e 1810 (quando o segundo conde se exilou na França).

Tabela 1 - Livros no catálogo do Ex-Conde da Ega, por data de publicação.

| Ano | Quantidade | % |
|-----------------|-------------|------------|
| 1451-1500 | 8 | 0,7 |
| 1501-1550 | 32 | 2,7 |
| 1551-1600 | 78 | 6,5 |
| 1601-1650 | 124 | 10,4 |
| 1651-1700 | 95 | 7,8 |
| 1701-1750 | 176 | 14,7 |
| 1751-1800 | 142 | 11,8 |
| > 1800 | 8 | 0,7 |
| Data indefinida | 534 | 44,7 |
| Total | 1197 | 100 |

20 ESTATUTOS da Real Bibliotheca, mandados ordenar por sua Majestade. Rio de Janeiro: Na Regia Typographia, 1821.

Outros Tempos, vol. 11, n.18, 2014 p. 172-187. ISSN:1808-8031

Embora uma distribuição por estilos e categorias literárias ou científicas seja possível, preferimos não fazê-lo, levando em consideração o fato de o autor do catálogo também não tê-lo feito. Um estudo prévio sobre os dados deste catálogo revelou uma possível distribuição temática, que não foi adotada pelo anotador, nem está necessariamente vinculada à percepção que os contemporâneos dos Condes poderiam ter dos livros ali contidos, mas que ajudam a ilustrar um pouco mais do conteúdo da biblioteca:

O número exato de livros seria: História (137), Religião (219), Artes (123), Clássicos Latinos (94), Dicionários (74), Estadística (130), Nobiliarquia (75), Ciências Naturais (89), obras francesas desconhecidas (239), filosofia (11) e obras desconhecidas (171)²¹.

Também, neste sentido, cumpre destacar a presença de livros proibidos, listados no catálogo de forma casual, sem alusões à necessidade de qualquer tipo de ação de apreensão ou censura desses livros. Uma grande quantidade de títulos defesos estava incorporada à biblioteca. Havia, por exemplo, obras que se encaixam nas definições historiográficas correntes que pensam as obras do Iluminismo como foco principal das proibições. Este é certamente o caso das “Obras de Rousseau falto, de volumes de 5 tomos de Emilio e Heloisa”, avaliadas em 7\$200. A obra de Rousseau – em especial a *Lettres des deux amants habitants d'une petite ville au pied des Alpes*, publicada originalmente em 1761 e mais conhecida como *Julia ou a nova Heloísa*, ou, neste caso, simplesmente *Heloísa*, fora proibida em 1768 por parecer da censura escrito por Frei Manoel do Cenáculo.²² O mesmo se aplica à entrada seguinte quanto a “Obras de Volter [sic.] truncados em q.e no todo da Obra lhe faltam 31 tomos”, com o valor de 12\$000. As obras de Voltaire, que incluem também a *História de Carlos XII, rei da suécia*, originalmente publicada em 1732, anotada mais ao fim do catálogo, e a tradução inglesa da *Era de Luis XIV*, incorriam nas condições de censura listadas no regimento da Real Mesa Censória 1768, completado pelo Alvará de 1795 feito por D. João para determinar critérios comuns para a censura.²³

21 AMATUZZI, Renato Toledo Silva. *O livro como instrumento de civilidade e prestígio social: as elites ilustradas de Portugal no século XVIII, um estudo de caso do acervo pessoal de Ayres Saldanha de Albuquerque*. Anais do VI Congresso Internacional de História. Maringá: 2013. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2013/?l=trabalhos&id=90>>. Acesso em: 02 jun 2014.

22 MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005, p. 242-3.

23 VILLALTA, Luiz Carlos. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Latina*. São Paulo, 1999. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas,

Essas condições proibiam obras de ateísmo ou escritas por ateus, protestantes ou qualquer indivíduo contrário ao Papa ou que defendesse a resistência à tirania, ou ainda, ser um dos “Pervertidos Filósofos destes últimos tempos”.²⁴ Isto se aplicava ao *Le compere Mathieu*, proibido pela Real Mesa em 1776;²⁵ ao *Defense de l'Esprit des Loix*, de Montesquieu; ao *Vie de Monsieur Turgot*, de Condorcet²⁶ e a outros livros de autores tão diversos como Mabli, Gibbon, Milton, Tissot, Verney Erasmo e Ovídio. Podemos incluir neste rol livros suspeitos, ou seja, livros de autores que tiveram obras proibidas ou “depuradas” pelos censores em algum momento, como Boccaccio, cujo *Decameron* foi proibido repetidamente,²⁷ mas que consta neste catálogo com o livro *De genealogia deorum gentilium*, de 1491, que não surge nas listas de obras defesas. No total, ao longo do documento, são citados vinte e oito títulos de obras notoriamente proibidas ou suspeitas. Embora estatisticamente pequeno, já era um número suficiente para que o aparato censório atuasse, ainda que não há evidências que qualquer um dos Condes da Ega tenha solicitado à Real Mesa Censória a licença necessária para possuir tais livros, ou que esta licença tenha sido fornecida.²⁸

Estes dados demonstram outra faceta do universo da posse de livros proibidos. Vistos pela documentação da censura ou da polícia, parece que estes livros foram perseguidos implacável e incessantemente pela “alta polícia” – um grupo de funcionários da Coroa que tinha a responsabilidade de manter a comunidade política do regime absolutista português, através da “repressão exclusiva de todos aqueles cujos sentimentos ou conduta desafiassem os padrões estabelecidos de adequação e lealdade”, em especial os “dos portadores de ‘doutrinas alheias à nossa fidelidade’”.²⁹ Porém, se o olhar passa pela documentação desta – e de outras – biblioteca “nobre”, o aparato de censura parece estar à margem da constituição das coleções. Se, por exemplo, o Morgado de Mateus, em maio de 1776, pediu licença à Real Mesa Censória para ter e ler livros proibidos, baseado fundamentalmente em seu status social,

Universidade de São Paulo, p. 206.

24 Idem, p. 204-5.

25 MARTINS. *A censura literária...* p. 251.

26 VILLALTA. *Reformismo...*p. 232-3.

27 MARTINS. *A censura literária...* p. 192.

28 Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Real Mesa Censória*, Requerimentos, caixa 112, caixa 113; Provisões, livros 13 e 14.

29 SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes tropical: império, monarquia e a corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.169.

Outros Tempos, vol. 11, n.18, 2014 p. 172-187. ISSN:1808-8031

comparável a outros indivíduos que obtiveram igual licença:

[...] verçado na língua Franceza, Ingleza e Latina, e tem além dos continuados estudos aq. se applicou, a Instrução de ter governado honze annos a Capitania de São Paulo, e porq' por este Régio Tribunal Se tem dado Licença a outros sujeitos p.a poderem Ler Livros proibidos, e o Supp.te não desmerece pellas Suas applicações e Estudos a mesma graça [...]³⁰.

Outros nobres possuíram livros proibidos em suas coleções e deixaram registros dessa posse (embora não das leituras), aparentemente ignorando a ação censória. Este parece ter sido o caso dos condes da Ega e foi também o caso de Marino Miguel Franzini, jovem nobre que, em fins do século, escrevia registros de seus livros proibidos e permitidos de forma idêntica (exceto por obras pornográficas, que ele teve o cuidado de esconder sob o cabeçalho de “Galanteria”³¹).

Estes são alguns dos aspectos que o historiador, em busca de práticas culturais ligadas à palavra impressa, pode tentar encontrar neste tipo de documento, ainda que não sejam nem os únicos, nem se esgotem em si próprios. De modo algum os Condes da Ega, donos da biblioteca, e o seu anotador são únicos nas suas formas de se relacionar com livros e bibliotecas à época em análise. Do contrário, a riqueza deste tipo de documento reside, para além das informações quantitativas que possa fornecer e de uma certa hermenêutica do texto final de Tomaz de Aquino Leal, em uma comparação com outros documentos semelhantes à época. Tal processo permite pensar mais detalhadamente em sociabilidades geradas pela palavra impressa e pela guarda de livros em bibliotecas particulares ou públicas. As questões a serem colocadas aos documentos são tão importantes quanto as possíveis respostas que surjam das comparações oferecidas.

Talvez o mais rico veio de análise destes documentos, no que diz respeito às

30 ANTT, Real Mesa Censória, Requerimentos, caixa 113, p. 141.

31 Ver: DENIPOTI, Cláudio. O mundo organizado em um catálogo de biblioteca: conhecimento, livros e pensamento em Portugal no início do século XIX. *Arquipélago • História*, 2. série, XI-XII (2007- 2008), p. 163-190; _____. Libraries and the book trade in Portugal: The papers of Marino Miguel Franzino. *E-JPH* [online], v. 8, n. 1, p. 1-13, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-64322010000100001&lng=pt&nrm=iso> ; _____. Rotas de comércio de livros para Portugal no fim do Antigo Regime. In: RODRIGUES, José Damião. *O Atlântico revolucionário: circulação de ideias e de elites no final do Antigo Regime*. Ponta Delgada: CHAM – Centro de História de Além-Mar, p. 161-178, 2012. Sobre Marino Miguel Franzini, ver também: NUNES, Maria de Fátima. *O liberalismo português: ideários e ciências; o universo de Marino Miguel Franzini (1800-1860)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1988. _____. Portugal-Brasil 1808: trânsito de saberes. In: KURY, Lorelai; GESTEIRA, Heloisa (orgs.). *Ensaio de história das ciências no Brasil: das luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: EDUERJ, p. 267-280, 2012.

práticas de leitura, seja a busca pelas intenções da escrita, isto é, as respostas a duas questões: 1) o que cada catálogo pretende, e 2) qual sua função original? As respostas para a lista feita pelo contador/escrivão a serviço da coroa foram mais ou menos explicitadas acima, e fornecem pistas sobre como aquele “anotador” de livros se relacionou com aquele universo específico. Marino Miguel Franzini anotou seu catálogo (e um outro documento semelhante, que ele chamou de *Ról dos livros que comecei a comprar em 1798*) como forma de ordenar o conhecimento acumulado na biblioteca, e de modo mais próximo a Aquino Leal, contabilizar gastos com compras, transporte e encadernação.³² Se pensarmos, inicialmente, na origem dos livros elencados, comparando catálogos manuscritos do final do século XVIII e início do XIX, poderemos confirmar ou não as teses dominantes sobre a importância relativa das ideias do iluminismo francês em determinado contexto social, político e cultural, como, por exemplo, o português.

Tomemos, para este fim, o *Catálogo da Livraria de Marino Miguel Franzini*,³³ anotado entre 1800 e 1811 pelo próprio proprietário dos livros. Nele, constam 816 livros e 949 volumes, 51,8% dos quais escritos em francês e 361 destes livros em francês publicados entre 1751 e 1800 (em um total de 494 obras publicadas nesse período).³⁴ O historiador pode afirmar de modo mais seguro, a partir destes dados, que esta biblioteca particular era mais propensa a sofrer influências “iluministas” que aquela do conde da Ega, para a qual os livros listados apontam mais para a língua latina, e para o século XVI. Ambas, porém, pertencendo a membros da nobreza, tinham seu quinhão de obras proibidas – fossem ou não ligadas às Luzes.

Outros anotadores seguiram percursos complementares com relação às práticas buscadas aqui. Os atos de doação de livros, que podem ser pensados como parte de uma economia da dádiva, forneceram diversos catálogos que permitem buscarmos as respostas às práticas culturais em torno do livro, da biblioteca e da palavra impressa. O catálogo de livros que o Bispo de Beja, frei Manoel do Cenáculo, doou à ordem dos “Padres de N. Senhora de Jesus de [Lisboa]”, em 1795,³⁵ por exemplo, oferece outras pistas. Anotado inicialmente como a lista do donativo, os receptores ou o autor

32 Idem. Ver também: DENIPOTI, Cláudio. Comércio e circulação de livros entre França e Portugal na virada do século XVIII para o XIX ou quando os ingleses atiraram livros ao mar. *Revista Brasileira de História*, vol 28, núm. 56, p. 431-448, 2008.

33 FRANZINI, Marino Miguel (s./d.) [Papéis que pertenceram a Marino Miguel Franzini] [Manuscrito] 1792-1832. Biblioteca Nacional. Lisboa. BN COD. 12934.

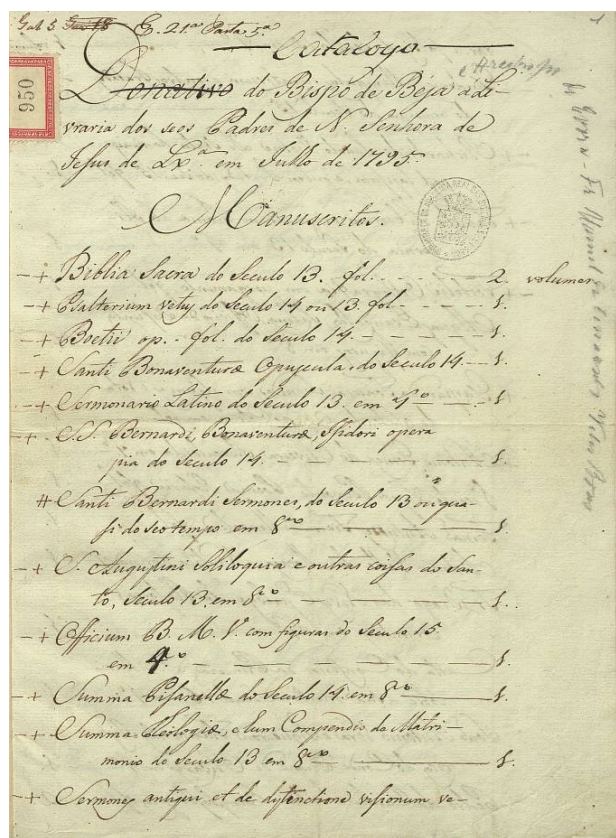
34 DENIPOTI, O mundo organizado em um catálogo..., p. 167.

35 ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS. Manuscrito 950, Série Azul.

Outros Tempos, vol. 11, n.18, 2014 p. 172-187. ISSN:1808-8031

mudaram o título para “Catálogo”, fazendo o registro definitivo da doação, que era composta majoritariamente de obras religiosas em latim.³⁶ A intenção e a função diferem, mas a ideia do registro e controle permanecem.

Figura 2: ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS. Manuscrito 950, Série Azul.



Outra doação do Bispo de Beja, anotada de forma “Methodica”, ou seja, seguindo uma “ordem na disposição dos pensamentos, palavras, raciocínios, partes de algum tratado ou discurso”,³⁷ foi aquela feita para a composição da “Real Bibliotheca Pública da Corte”, negociada por Antonio Ribeiro dos Santos e Cenáculo em fins do século XVIII³⁸. Os três volumes deste catálogo somam-se aos três tomos do “Catalogo methodico dos livros que a

36 PILLATI, J. J. . Os livros do bispo de Beja doados ao Mosteiro DE N. Sra de Jesus de Lisboa em 1795. In: XX Encontro Anual de Iniciação Científica EAIC e X Encontro de Pesquisa EPUEG, 2011, Ponta Grossa. Anais do XX Encontro Anual de Iniciação Científica EAIC, 2011.

37 SILVA, *Diccionario de lingua portuguesa*. ... 1813, p. 296.

38 PILLATI, Jamaira J. Representações do livro e do conhecimento não iluminismo português: a biblioteca do Bispo de Beja. *Ateliê de história*, vol. 1, n. 2, 263-271, 2013.

Outros Tempos, vol. 11, n.18, 2014 p. 172-187. ISSN:1808-8031

Comunidade dos Clerigos Regulares da Divina Providencia de Lisboa doou à Real Bibliotheca Publica da Corte no anno de 1796³⁹. Elaborados primordialmente para relacionar ao organizador daquela biblioteca (Ribeiro dos Santos) os volumes e títulos doados, esses catálogos pretendiam também inscrever seus doadores em um ato fundador primordial – a criação de uma biblioteca.

O “Catalogo systematico da Bibliotheca da Companhia dos GGN [dos Guardas Marinhas]”, organizada depois da transferência da família real para o Brasil, e anotado por José Maria Dantas Pereira em 1812, por sua vez, foi pensado por seu autor como um manual de estudo para os jovens cadetes no Brasil. Criando um sistema analítico de catalogação, Dantas Pereira anotou no catálogo que redigiu esquemas de aprofundamento das leituras, com recomendações para o que existia em cada assunto, para além dos livros contidos na biblioteca⁴⁰.

Os exemplos podem se multiplicar, juntamente às questões que podem ser colocadas aos documentos. Em termos comparativos, podemos pensar que o catálogo dos livros tomados ao Conde da Ega por ocasião de sua condenação por traição tinha objetivos práticos – calcular o valor dos objetos (dentre eles os livros) apreendidos em função do processo jurídico, mas também afirmar o papel do Estado absolutista sobre as ações e mentes de indivíduos que pudessem ou desejassem subvertê-lo. São estes aspectos simbólicos que interessam mais, pois permitem acessar os significados que práticas como a posse de livros, e a escrita de catálogos em si revelam de uma determinada época e sociedade.

Este catálogo – ao contrário de alguns outros aqui citados – fala-nos muito pouco sobre o seu proprietário final: o conde adepto do partido francês e defensor do general líder da invasão, de quem os livros foram eventualmente tirados, gerando o documento propriamente dito. Diz-nos bastante, porém, do papel do livro e das práticas de leitura na sociedade portuguesa do final do Antigo Regime.

39 Catalogo Methodico dos Livros que O Ex.mo e R.mo D. Fr. Manoel do Cenaculo Villas Boas, Bispo de Beja, doou à Real Bibliotheca Pública da Corte no ano de 1797. Disponível em: <http://purl.pt/5944/3/cod-11525_PDF/cod-11525_PDF_24-C-R0075/cod-11525_0000_capa-cap_a_t24-C-R0075.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2014; Catalogo methodico dos livros que a Comunidade dos Clerigos Regulares da Divina Providencia de Lisboa doou à Real Bibliotheca Publica da Corte no anno de 1796. (3 tomos). Disponível em: <<http://purl.pt/24062/4/>>. Acesso em: 23 jun. 2014.

40 DENIPOTI, Cláudio. Possibilidades combinatórias da condução da leitura em uma biblioteca. José Maria Dantas Pereira e o “catálogo sistemático da biblioteca da companhia dos guardas-marinhas”. *Acervo*. Rio de Janeiro, v. 26, n° 2, p. 133-145, jul./dez. 2013.